



LISGRÁFICA – IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

RELATÓRIO E CONTAS
1º TRIMESTRE DE 2013
CONTAS CONSOLIDADAS

Sociedade Aberta

Sede: Estrada Consiglieri Pedroso, 90 – Queluz de Baixo

Capital Social: 9 334 831 Euros

Cons. Reg. Comercial de Cascais / Pessoa Coletiva 500 166 587



ÍNDICE

INTRODUÇÃO	3
ACTIVIDADE DO GRUPO	4
ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA	6
CONSIDERAÇÕES FINAIS	9
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11

1º TRIMESTRE DE 2013

RELATÓRIO DE GESTÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

De acordo com a Lei imposta às sociedades abertas, submetemos à apreciação de V. Exas. o Relatório Consolidado de Gestão, a Demonstração da Posição Financeira Consolidada e a Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, a Demonstração Consolidada das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa reportados a 31 de Março de 2013 e o respetivo Anexo. As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia, que incluem os *International Accounting Standards* ("IAS") emitidas pela *International Standards Committee* ("IASC"), os *International Financial Reporting Standards* ("IFRS") emitidos pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e respectivas interpretações "SIC" e "IFRIC" emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretation Committee* ("IFRIC") e *Standing Interpretation Committee* ("SIC").

INTRODUÇÃO

A Lisgráfica é uma sociedade cotada em Bolsa com um capital social integralmente realizado de 9.334.831 euros, detido em 50,99% pela Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos S.A. e em 39,4% pela Gestprint – Gestão de Comércio e Indústrias Gráficas e Afins, S.A., estando o restante capital disperso em Bolsa. A última admissão à cotação ocorreu em 26 de Outubro de 2009 relativamente às ações emitidas no âmbito do processo de fusão com a empresa Heska Portuguesa S.A. e consequente aumento de capital.

De salientar que das 2 empresas que compõem atualmente o Grupo apenas a Lisgráfica tem atividade operacional, centrada na prestação de serviços de impressão e responsável por praticamente 100% da atividade do Grupo.

De recordar que a atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 02 de Maio de 2008 é o resultado da fusão desta sociedade com a Heska Portuguesa, S.A., pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter em consideração este facto.

O Grupo Lisgráfica utiliza a consolidação pelo método integral e é composto pelo seguinte universo de empresas à data de 31 de Março de 2013:

EMPRESA	Actividade	Data de Constituição	Sede	% Capital Detido
Lisgráfica SA	Impressão de Revistas e Jornais	27-Dez-1973	Queluz de Baixo	-
Grafilis, Rep. e Artes Gráficas, SA	Composição e Montagem	18-Out-1984	Queluz de Baixo	100,00%

A economia portuguesa acelerou o ritmo de queda, com o PIB a registar uma quebra de 0,3% face ao último trimestre do ano anterior e uma redução de 3,9% face ao período homólogo. De salientar que é o nono trimestre consecutivo de queda do PIB em termos homólogos. Para este facto é preponderante o comportamento da procura interna com um contributo negativo; da procura externa que melhorou devido ao decréscimo das importações, contudo as exportações continuam a registar um ligeiro decréscimo, com especial ênfase para os países da zona Euro.

Portugal continua a apresentar um ambiente económico adverso com a redução do consumo privado e do investimento público, consequência das políticas económicas fiscais restritivas impostas pelo Governo.

Estes fatores contribuíram para que os níveis de desemprego atingissem máximos históricos, com este indicador a situar-se nos 17,7 % em finais deste trimestre. No final do ano transato este indicador situava-se nos 16,9%; o desemprego entre os jovens foi o que mais contribuiu para a variação deste indicador. Este desempenho, aliado à quebra nos salários médios dos portugueses, continua a refletir-se negativamente no poder de compra e na confiança dos consumidores, os quais têm vindo a apresentar uma degradação permanente ao longo dos dois últimos anos.

A generalidade das empresas regista quebras significativas na procura e, conseqüentemente, nos níveis de atividade o que levou a que a maioria tenha procurado o reajustamento das suas estruturas produtivas.

As empresas da indústria gráfica não são exceção a esta onda recessiva que tem levado ao encerramento de diversos títulos e à continuada redução do número de páginas e de tiragem das publicações periódicas, assim como à diminuição do número de trabalhos provenientes de clientes de grandes marcas comerciais. O investimento publicitário, continua a registar um decréscimo sendo que o investimento em imprensa é superior à média global de mercado. De referir que esta tendência de retração no investimento publicitário se tem mantido ao longo dos últimos anos.

Apesar dos ajustes na estrutura de custos por parte de alguns editores, verifica-se desaparecimento de alguns pequenos editores que se dedicavam a publicações de média circulação, mas cuja estrutura não suportou os necessários ajustes, em consequência da redução de investimento publicitário e de vendas de exemplares, tendência aliás já evidenciada no ano anterior. De referir ainda a estratégia de encerramento de títulos que foi adotada pelos principais editores.

ATIVIDADE DO GRUPO

A atividade consolidada provém a 100 % da empresa mãe, tal como em anos anteriores, e foi marcada pelos efeitos da retração do investimento publicitário; comparativamente a 2012 e em termos globais, apresenta uma variação negativa nas vendas no trimestre de 11 % tendo-se situado nos 5,3 milhões de Euros.

No primeiro trimestre de 2013, a atividade foi marcada pela redução significativa do número de trabalhos com incorporação de papel pela empresa. Mantem-se assim a tendência de decréscimo verificada no ano transato, a nível do número de trabalhos com serviço de impressão e fornecimento de papel. Pese embora esta alteração no mix dos trabalhos produzidos, o número de cadernos impressos foi ligeiramente superior do verificado no ano anterior.

Avariação ocorrida na faturação reflecte a alteração de composição de vendas referida. Faturação de serviços impressão e papel – 40,8%

- Faturação apenas de serviços de impressão – 0,7%
- Nº de cadernos (16 páginasA4) impressos 1º T/2012 – 234,4 milhões
- Nº de cadernos (16 páginasA4) impressos 1º T/2013 – 243,5 milhões

A análise por segmento confirma uma quebra de vendas acima de dois dígitos percentuais nos segmentos revistas e jornais, consequência da diminuição do nº de páginas e encerramento de alguns títulos. No segmento de catálogos e folhetos a entrada de um novo cliente permitiu que a empresa passasse a produzir os folhetos de uma grande cadeia de supermercados e justifica a variação positiva. Nas Listas este comportamento tem a ver apenas com o calendário de produção do cliente que antecipou algumas edições neste trimestre uma vez que a em termos globais este segmento aponta para um decréscimo também neste ano.

Com a atividade mencionada, a empresa manteve o seu parque de máquinas que é atualmente de 5 máquinas de impressão em rotativa, 3 máquinas de impressão em plana e 15 máquinas de acabamento. A nível de processo produtivo a empresa procedeu ainda ao ajustamento dos horários de funcionamento nas áreas de impressão e acabamento, em face do regime de *lay-off* adotado desde 01 de março de 2012 em relação a 26 funcionários.

A decomposição de vendas por tipo de produto, comparativamente com o ano anterior, é a seguinte:

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2013	2012	Var. 12/13 Em €	Var. 12/13 Em %
Revistas	3.232	4.047	-815	-20,1%
Jornais/suplementos	857	1.056	-199	-18,8%
Catálogos e Folhetos	950	666	284	42,6%
Listas	136	101	35	34,9%
Outros	151	153	-3	-1,6%
TOTAL	5.326	6.023	-697	-11,6%

Durante o primeiro trimestre de 2013 destacam-se, como principais acontecimentos nas empresas subsidiárias:

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

A Empresa, constituída em 1984, tinha por objeto a atividade de pré-impressão, num período em que era fundamental como complemento dos serviços a prestar pela Lisgráfica, S.A. A evolução tecnológica ocorrida nos últimos anos no mercado de artes gráficas e em especial na área da pré-impressão, levou ao decréscimo gradual da atividade da Grafilis, S.A. que em 2005 cessou a atividade operacional. Em face desta situação os proveitos e custos são praticamente inexistentes.

ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA

Em seguida apresentamos um resumo da Atividade Operacional do Grupo com base na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral do período em análise:

ACTIVIDADE OPERACIONAL 1º TRIM. 2013/2012

DESCRIÇÃO	2013		2012		Var. 12/13	Var. 12/13
<i>(Valores em Milhares de Euros)</i>					em €	em %
Vendas	5.326	95%	6.023	95%	-697	-11,6%
Outros Proveitos Operacionais	252	5%	289	5%	-37	-12,8%
TOTAL PROVEITOS CORRENTES	5.578		6.312		-734	-11,6%
Custo Merc. Vendidas e Consum.	1.595	29%	2.071	33%	-476	-23,0%
Fornecimentos e S. Externos	1.493	27%	1.639	26%	-146	-8,9%
Custos Com Pessoal	1.746	31%	2.029	32%	-283	-13,9%
Amortizações e Ajustamentos	975	17%	1.210	19%	-235	-19,4%
Perdas de Imparidade	0	0%	0	0%	0	#DIV/0!
Outros Custos Operacionais	40	1%	69	1%	-29	-42,0%
TOTAL CUSTOS CORRENTES	5.849		7.018		-1.169	-16,7%
RESULTADO CORRENTE - €	-271		-706		435	61,6%
RESULTADO CORRENTE - %	-4,9%		-11,2%		6,3%	56,6%
Imparidades Out. Créditos + Out. Custos	0		0		0,0%	0,0%
RESULTADO OPERACIONAL - €	-271		-706		435	61,6%
EBITDA - €	704		504		200	39,7%
EBITDA - %	12,6%		8,0%		4,6%	58,1%

EBITDA = Result. Corrente+Amortizações e Ajustamentos+Perdas de Imparidade

+ Imparidades Outros Créditos + Outros Custos Não Correntes

Os Proveitos no trimestre ultrapassam 5,5 milhões de Euros, dos quais 95% provêm diretamente das vendas e 5% de serviços prestados. A variação face ao período

homólogo resulta essencialmente da variação no mix de produtos faturados pela empresa neste período.

Analisando em detalhe a evolução dos custos operacionais, é de referir:

- na rubrica CMVC a redução de 23% resulta essencialmente da alteração do mix de faturação, de que destaca o menor consumo de Papel cuja variação foi de -37%. Os restantes custos que compõem esta rubrica estão em linha com a normal estrutura de custos da empresa e evolução da atividade;

- nos Fornecimentos e Serviços Externos a variação de -8,9% resulta da evolução conjugada de vários fatores, entre eles, a redução de 29% no custo de rendas de instalações (consequência da alteração no contrato das instalações de Queluz de Baixo), a redução de 36,8% no custo com Conservação e Reparação e redução de 13% nos custos com Subcontratos de Impressão e Acabamento em virtude dos trabalhos produzidos neste período apresentarem características que exigiram menor recurso a subcontratação;

- quanto aos Custos com Pessoal o decréscimo registado de 13,9% é o resultado da redução de custos com 26 trabalhadores em regime de lay-off nos dois primeiros meses deste ano, em que o custo para a empresa é de apenas 23,5%. No final do trimestre a empresa tinha 288 trabalhadores e no final do ano anterior eram 293 trabalhadores;

- as Amortizações e Ajustamentos apresentam um decréscimo de 19,4% devido à diminuição de custos com depreciação e bens do ativo que terminam o seu período de vida útil no ano anterior;

O Resultado Operacional Consolidado apurado no trimestre embora negativo em 271 milhar de euros, apresenta uma melhoria de cerca de 62% devido ao facto de os custos terem registado uma quebra superior à verificada nos proveitos.

O Cash Flow Operacional Consolidado (EBITDA) é positivo e de aproximadamente 700 milhar de Euros, o que representa um aumento de 40% face ao registado no período homólogo.

COMPARAÇÃO RESULTADOS CONSOLIDADOS 1º TRIM. 2013/2012

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de euros)</i>	2013	2012	Var. 12/13 em €	Var. 12/13 em %
Resultados Correntes	-271	-706	435	62%
Resultados Operacionais	-271	-706	435	62%
Resultados Financeiros	-504	-646	142	22%
Imposto S/ Rendimento	-8	-13	5	38%
Resultados Líquidos	-783	-1.365	582	43%

Os resultados financeiros registam também um comportamento positivo devido à redução de endividamento a nível de financiamento via factoring e cheques pré datados; de salientar ainda a ligeira redução do custo médio de endividamento por via da diminuição do principal indexante a Euribor a 60 dias.

POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA COMPARAÇÃO 2013/2012

DESCRIÇÃO <i>(Valores em milhares de Euros)</i>	2013	2012	Var. 12/13 em €	Var. 12/13 em %
Activos não Correntes	23.728	24.792	-1.064	-4%
Activos Correntes	8.945	8.842	103	1%
Activos para Venda	0	0	0	#DIV/0!
TOTAL ACTIVO	32.673	33.634	-961	-3%

Capital Próprio	-49.243	-48.460	-783	2%
Passivo não Corrente	13.604	14.288	-684	-5%
Passivo Corrente	68.312	67.806	506	1%
TOTAL PASSIVO + SIT. LIQUIDA	32.673	33.634	-961	-3%

As principais variações ocorridas no Ativo Líquido verificam-se nos Ativos não Correntes, devido à redução do Imobilizado Líquido, pelo facto de não terem ocorrido investimentos a nível de equipamento básico (equipamentos de produção);

O Capital Próprio Consolidado fixa-se no final do ano em 49.243 milhares de euros negativos para o que contribuiu essencialmente o Resultado Líquido Consolidado negativo apurado no trimestre;

O Passivo não Corrente regista um decréscimo devido à transferência de valores a pagar a fornecedores que foram reclassificados para Passivo Corrente;

Passivo Corrente a variação corrida deve-se à reclassificação ora comentada, de salientar ainda que no trimestre a empresa cumpriu com as obrigações correntes a nível da Autoridade Tributária e da Segurança Social;

No sentido de auxiliar a análise do impacto na consolidação das contas individuais da empresa participada e integrada no perímetro de consolidação, apresentamos em seguida um resumo dos principais indicadores:

GRAFILIS – REPRODUÇÃO E ARTES GRÁFICAS S.A.

DESCRIÇÃO	2013	2012	Var. 12/13
Activo Total Liq.	8	8	0
Passivo Total	1.463	1.348	115
Capital Próprio	-1.455	-1.447	-8
Capital Social	350	350	0
Resultado Líquido	0	0	0
Vendas Líquidas	0	0	0
(Valores em milhares de Euros)			

No quadro das dificuldades financeiras da Lisgráfica, em consequência do comportamento negativo do mercado e face à dificuldade em cumprir os seus compromissos a empresa requereu, nos últimos dias do ano, a adesão a um Plano Especial de Revitalização, que foi aceite pelo 1º Juízo do Tribunal do Comércio de Lisboa. O objetivo do Plano é o de garantir condições para a sustentabilidade da empresa através da redução do seu Passivo, por acordo com os credores, incluindo Estado, e a implementação de um conjunto de medidas de reestruturação, nomeadamente, redução do número de trabalhadores, ajustamento da capacidade produtiva à menor procura, redução de custos com rendas.

No dia 14 de maio ocorreu a homologação pelo Juiz do tribunal do Comércio de Lisboa do Plano de Revitalização da empresa, que foi aprovado em 30 de abril p.p. por 89,84% dos votos regularmente expressos. A empresa está a proceder à avaliação do impacto desta decisão nas contas e, oportunamente, serão divulgados os efeitos nas contas da empresa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Conselho de Administração agradece aos Trabalhadores e Conselho Fiscal toda a colaboração prestada durante o exercício findo em 31 de março de 2013.

O Conselho de Administração agradece, também, a todas as Instituições Bancárias, Clientes, Fornecedores e demais entidades pela colaboração prestada neste exercício.

O Conselho de Administração no cumprimento do disposto no Artigo 35º do CSC irá comunicar à Assembleia Geral de Acionistas o facto de estar perdido mais de metade do Capital Social da empresa.

Queluz de Baixo, 27 maio de 2013

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Montantes expressos em Euros)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A Lisgráfica - Impressão e Artes Gráficas, S.A. ("Empresa" ou "Lisgráfica") tem sede em Queluz de Baixo, foi constituída em 27 de Dezembro de 1973 e tem como atividade principal a impressão de revistas, jornais e listas telefónicas.

O universo empresarial da Lisgráfica ("Grupo") é formado pelas empresas subsidiárias indicadas na Nota 4. As principais atividades do Grupo englobam a impressão de jornais, revistas e listas telefónicas.

De recordar que a atividade do Grupo Lisgráfica, S.A. após 2 de maio de 2008, resultado da fusão com a sociedade Heska Portuguesa, S.A., passando a Lisgráfica a constituir a entidade integrante, pelo que qualquer comparação reportada a exercícios anteriores a 2009 tem que ter sempre em consideração este facto.

Os principais acionistas são a Rasográfica – Comércio e Serviços Gráficos, S.A. e Gestprint – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. detentores, respetivamente, de 50,99% e 39,40% do capital social.

As presentes demonstrações financeiras foram autorizadas para publicação em 28 de maio de 2013 pelo Conselho de Administração da Lisgráfica.

Os responsáveis da Empresa, isto é, os membros do Conselho de Administração que assinam o presente relatório, declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação nele constante foi elaborada em conformidade com as Normas Contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação líquida e dos resultados das empresas incluídas no perímetro de consolidação do Grupo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas aplicadas na elaboração destas demonstrações financeiras consolidadas estão descritas abaixo e foram consistentemente aplicadas em todos os exercícios apresentados, salvo indicação em contrário.

2.1 Bases de apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Nota 4), ajustados para dar cumprimento das disposições dos IAS/IFRS tal como adotado pela União Europeia a 31 de dezembro de 2012, que incluem os International Accounting Standards ("IAS") emitidos pela International Standards Committee ("IASC"), os International Financial Reporting Standards ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e respetivas interpretações "IFRIC" emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee ("IFRIC") e Standing Interpretation Committee ("SIC"). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações será designado genericamente por "IFRS".

A Lisgráfica adotou os IFRS na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas pela primeira vez no exercício de 2005, pelo que, nos termos do disposto no IFRS 1 – Primeira Adoção das Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IFRS 1"), se considera

(Montantes expressos em Euros)

que a transição dos princípios contabilísticos portugueses para o normativo internacional se reporta a 1 de janeiro de 2004.

Consequentemente, no cumprimento das disposições do IAS 1, a Lisgráfica declara que estas demonstrações financeiras consolidadas e respectivo anexo cumprem as disposições dos IAS/IFRS tal como adotados pela União Europeia, em vigor para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2012.

Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o princípio do custo histórico, modificado pela mensuração dos ativos financeiros disponíveis para venda, quando o justo valor possa ser determinado com fiabilidade.

2.2 Novas normas e interpretações, revisões e emendas adotadas pela União Europeia

A Empresa adotou em 2012 as alterações à norma IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) em Outubro de 2010, e adotada pela União Europeia através do Regulamento n.º 1205/2011. As alterações pretendem clarificar os requisitos de divulgação na transferência de ativos financeiros e é de aplicação obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Julho de 2011, não tendo qualquer impacto nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Empresa.

Novas normas, alterações e interpretações emitidas mas sem aplicação efetiva aos exercícios iniciados a 1 de janeiro de 2013 e não adotadas antecipadamente, conforme tabela abaixo:

Regulamento	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 475/2012	IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras (Alterações)	Junho 2011	1 Julho 2012
Regulamento n.º 475/2012	IAS 19 Benefícios de Empregados (Revista)	Junho 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1254/2012	IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas (Nova)	Mai 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IFRS 11 Acordos Conjuntos (Nova)	Mai 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (Nova)	Mai 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais (Revista)	Mai 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1254/2012	IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (Revista)	Mai 2011	1 Janeiro 2014 ¹
Regulamento n.º 1255/2012	IFRS 1 Adoção pela Primeira Vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro: Hiperinflação e Remoção de datas fixas para adoção pela primeira vez (Alterações)	Dezembro 2010	1 Janeiro 2013

(Montantes expressos em Euros)

Regulamento n.º 1255/2012	IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Imposto diferido – Recuperação dos ativos subjacentes (Alterações)	Dezembro 2010	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1255/2012	IFRS 13 Mensuração do Justo Valor (Nova)	Maior 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1255/2012	IFRIC 20 Custos de Decapagem na fase de produção de uma mina de superfície (Nova)	Outubro 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1256/2012	IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações - Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Alterações)	Dezembro 2011	1 Janeiro 2013
Regulamento n.º 1256/2012	IAS 32 Instrumentos Financeiros – Apresentação: Compensação de ativos financeiros e passivos financeiros (Alterações)	Dezembro 2011	1 Janeiro 2014

Estas novas normas terão de ser aplicadas o mais tardar, desde o início do primeiro exercício que comece em ou após 1 de janeiro de 2014. Em geral, se uma entidade decidir antecipar a sua adoção, terá de antecipar a aplicação das cinco normas em simultâneo.

Estas novas normas e alterações às normas e interpretações são efetivas para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de julho de 2012, e não foram aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas. De nenhuma delas se espera que venha a ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa, exceto quanto às alterações à IAS 1 e entrada em vigor da IFRS 12.

A Empresa adotou as normas e as alterações referidas no período contabilístico que se iniciou em 1 de janeiro de 2013.

Adicionalmente, o IASB emitiu em 2009 e 2012 as seguintes normas que se encontram ainda em processo de aprovação pela União Europeia:

- i) Em novembro de 2009, o IASB emitiu a nova norma IFRS 9 - Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração. Esta norma substitui parcialmente a IAS 39 e é de aplicação obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2015;
- ii) Em março de 2012, o IASB emitiu alterações à norma IFRS 1 - Adoção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro. As alterações dizem respeito à forma de classificação de empréstimos recebidos dos Governos, e a sua aplicação torna-se efetiva para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013;
- iii) Em maio de 2012, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 1, IAS 1, IAS 16, IAS 32 e IAS 34. Estas alterações tornam-se efetivas para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2013;
- iv) Em junho de 2012, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12, no que diz respeito a orientações de transição para as novas normas. Estas alterações tornam-se efetivas para exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2013;

(Montantes expressos em Euros)

- v) Em outubro de 2012, o IASB emitiu melhoramentos às normas IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27, no que diz respeito a Entidades Investidoras. Estas alterações introduzem uma exceção ao princípio segundo o qual todas as subsidiárias devem ser consolidadas. A sua aplicação é obrigatória para exercícios que se iniciem em ou após 1 de janeiro de 2014.

A aplicação desta nova norma e alterações não deverá ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras consolidadas da Empresa.

2.3 Princípios de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Grupo foi o seguinte:

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente, a maioria dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas, ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais, foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas encontram-se detalhadas na Nota 4.

Os ativos e passivos das subsidiárias são mensurados pelo respetivo justo valor na data de aquisição. Qualquer excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos ativos líquidos identificáveis é registado como *goodwill*.

As transações e saldos entre as empresas incluídas na consolidação foram eliminados no processo de consolidação.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas subsidiárias tendo em vista a uniformização das respetivas políticas contabilísticas com as do Grupo.

2.4 Ativos intangíveis

a) Goodwill

O *goodwill* é reconhecido quando é apurado um excesso entre o valor agregado: (i) do custo de aquisição, da quantia de qualquer interesse não controlado na adquirida e o justo valor de qualquer interesse detido anteriormente na adquirida; e (ii) o justo valor dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos e passivos contingentes assumidos."

No caso de ser apurado uma insuficiência entre o valor agregado em (i) *supra* e o (ii) *supra*, a diferença é reconhecida como ganho do exercício.

O *goodwill* é registado como ativo e não é sujeito a amortização, sendo apresentado autonomamente na demonstração da posição financeira. Anualmente, ou sempre que existam indícios de eventual perda de valor, os valores de *goodwill* são sujeitos a testes de imparidade. Qualquer perda de imparidade é registada de imediato como custo na demonstração do rendimento integral do período e não pode ser suscetível de reversão posterior.

(Montantes expressos em Euros)

(b) Ativos intangíveis, exceto goodwill

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis e for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo, sejam controláveis e sejam fiavelmente mensuráveis.

Os ativos intangíveis correspondem a programas de computador (“Software”) e direitos contratuais com clientes identificados no âmbito da fusão ocorrida em 2008, mensurados ao justo valor e deduzidos das amortizações acumuladas. Adicionalmente, existem direitos contratuais registados que foram adquiridos a terceiros. Na ausência de um mercado ativo para estes ativos intangíveis, identificados no âmbito da fusão, o seu justo valor foi determinado pela estimativa do valor que a Empresa teria de pagar à data da concentração empresarial (fusão) por aqueles direitos.

As amortizações são calculadas a partir do momento em que os ativos se encontrem disponíveis para utilização, pelo método de quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado, o qual varia entre 4 e 8 anos.

2.5 Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis, adquiridos até 31 de dezembro de 1997, encontram-se registados ao custo considerado, decorrentes da exceção prevista no IFRS 1, que corresponde ao seu custo de aquisição ou ao custo de aquisição reavaliado com base em índices de preços nos termos da legislação fiscal em vigor, deduzidos das correspondentes depreciações acumuladas.

A partir dessa data, os ativos fixos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, correspondente ao preço de compra adicionado das despesas imputáveis à compra, deduzidos de depreciações acumuladas e perdas de imparidade acumuladas.

As perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, são reconhecidas como uma dedução ao ativo respetivo por contrapartida do rendimento integral do período.

Os encargos com manutenção e reparações de natureza corrente são registados como custo quando incorridos. As benfeitorias e beneficiações apenas são registadas como ativos nos casos em que correspondem à substituição de bens, os quais são abatidos e conduzem a um acréscimo dos benefícios económicos futuros.

Os ativos fixos tangíveis em curso são registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas de imparidade acumuladas, e começam a ser depreciados a partir do momento em que os ativos subjacentes estejam concluídos ou disponíveis para utilização.

Os ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que se encontram disponíveis para o uso pretendido. A sua depreciação é calculada sobre o custo de aquisição, de acordo com o método das quotas constantes, a partir do mês que se encontram disponíveis para utilização, em conformidade com a vida útil dos ativos definida em função da utilidade esperada:

(Montantes expressos em Euros)

	<u>Anos</u>
Edifícios e outras construções	10
Equipamento básico	4 a 24
Equipamento de transporte	3 a 12
Equipamento administrativo	3 a 20
Outros ativos fixos tangíveis	3 a 20

2.6 Imparidade de ativos

O Grupo efetua avaliação de imparidade dos seus ativos fixos tangíveis e intangíveis com vida útil definida, sempre que ocorra algum evento ou alteração que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperado. Em caso de existência de tais indícios, o Grupo procede à determinação do valor recuperável do ativo, de modo a determinar a extensão da perda por imparidade.

O valor recuperável é estimado para cada ativo individualmente ou, no caso de estes não gerarem cash-flows independentes para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence.

O valor recuperável é determinado pelo valor mais alto entre o preço de venda líquido estimado e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso decorre dos fluxos de caixa futuros atualizados com base em taxas de desconto que reflitam o valor atual do capital e o risco específico do ativo.

Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração do rendimento integral do período a que se refere. Quando uma perda por imparidade é subsequentemente revertida, o valor contabilístico do ativo é atualizado para o seu valor estimado. Contudo, a reversão da perda por imparidade só pode ser efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida, líquida de depreciação / amortização, caso a perda por imparidade não tivesse sido registada em exercícios anteriores. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida de imediato na demonstração do rendimento integral consolidada.

O Goodwill e os Ativos Intangíveis sem vida útil definida são testados para imparidade anualmente.

2.7 Locação financeira e operacional

Os contratos de locação são classificados como: (i) locações financeiras, se através deles forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e como (ii) locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

A classificação das locações em financeiras ou operacionais é feita em função da substância e não da forma do contrato.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo

(Montantes expressos em Euros)

com este método, o custo do ativo é registado como um ativo tangível, ao mais baixo do valor presente das rendas futuras ou do justo valor do ativo na data do contrato, por contrapartida da responsabilidade correspondente. Os ativos são depreciados de acordo com a sua vida útil estimada, as rendas são registadas como uma redução das responsabilidades (passivo) e os juros e a depreciação do ativo são reconhecidos como custos na demonstração consolidada do rendimento integral do período a que dizem respeito.

Nas locações operacionais, as rendas devidas são reconhecidas como custo na demonstração consolidada do rendimento integral, numa base linear, durante o período do contrato de locação.

2.8 Existências

As existências são reconhecidas inicialmente ao custo de aquisição, o qual inclui todas as despesas diretas suportadas com a compra.

As matérias-primas, subsidiárias e de consumo encontram-se valorizadas ao custo de aquisição o qual é inferior ao respetivo valor de mercado.

2.9 Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos na data de negociação ou contratação, que é a data em que a Empresa se compromete a adquirir ou alienar o ativo. No momento inicial, os ativos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transação diretamente atribuíveis, exceto para os ativos ao justo valor através de resultados em que os custos de transação são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes ativos são desconhecidos quando: (i) expiram os direitos contratuais da Empresa ao recebimento dos seus fluxos de caixa; (ii) a Empresa tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou (iii) não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, a Empresa tenha transferido o controlo sobre os ativos.

2.9.1 Clientes e outras contas a receber

As dívidas de clientes e as outras dívidas de terceiros são registadas inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado deduzido de eventuais perdas de imparidade. As perdas de imparidade correspondem à diferença entre a quantia inicialmente registada e o seu valor recuperável, sendo este o valor presente dos "cash-flows" esperados, descontados à taxa efetiva da data da transação, as quais são reconhecidas na demonstração do rendimento integral do período em que são estimadas.

2.9.2 Caixa e equivalentes a caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de 3 meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco insignificante de alteração de valor.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e seus equivalentes compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica "Empréstimos obtidos".

(Montantes expressos em Euros)

2.9.3 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar são registadas pelo seu valor nominal, descontado de eventuais juros calculados e reconhecidos de acordo com o método da taxa de juro efetiva.

2.9.4 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente pelo valor recebido, líquido de despesas com a sua emissão. Em períodos subsequentes, os empréstimos são registados ao custo amortizado; qualquer diferença entre os montantes recebidos (líquidos dos custos de transação) e o valor a pagar são reconhecidos na demonstração do rendimento integral durante o período de vigência dos empréstimos usando o método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos com vencimento inferior a doze meses são classificados como passivos correntes, a não ser que o Grupo tenha o direito incondicional para diferir a liquidação do passivo por mais de doze meses após a data da demonstração de posição financeira.

2.9.5 Operações de *factoring* e de desconto de letras

Os créditos cedidos em regime de *factoring* e os titulados por letras estão evidenciados no ativo ao seu valor nominal, sendo os juros registados de acordo com o critério de especialização dos exercícios. Os montantes adiantados pelas sociedades de *factoring*, bem como os valores descontados em instituições financeiras, por conta dos créditos cedidos com direito de regresso e das letras, respetivamente, são evidenciados no passivo (Nota 21). À medida que se efetuam as cobranças dos valores em dívida, as mesmas são registadas como uma dedução ao passivo e regularizados por contrapartida dos saldos das contas a receber.

2.9.6 Ativos disponíveis para venda

Os ativos financeiros classificados como disponíveis para venda são inicialmente registados pelo seu justo valor, que corresponde ao preço pago incluindo despesas de transação. Subsequentemente, são mensurados ao justo valor, com as variações de justo valor reconhecidas em capital próprio, ou ao custo deduzido de perdas de imparidade, se referente a instrumentos de capital cujo justo valor não for determinável com fiabilidade.

2.10 Provisões, passivos e ativos contingentes

As provisões são reconhecidas pelo Grupo quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita), resultante de um evento passado, para cuja resolução é provável ser necessário um dispêndio de recursos internos e cujo montante possa ser razoavelmente estimado. Estas provisões são constituídas com base no julgamento que o Conselho de Administração faz quanto ao desfecho dos riscos que originam aquelas obrigações, baseado nas informações prestadas pelos advogados.

O valor das provisões é revisto e ajustado à data da demonstração da posição financeira, de modo a refletir a melhor estimativa nesse momento.

(Montantes expressos em Euros)

Quando uma das condições acima descritas não é preenchida, o passivo contingente correspondente não é reconhecido, sendo apenas divulgado, a menos que a possibilidade de uma saída de fundos afetando benefícios económicos futuros seja remota, caso em que não são objeto de divulgação.

2.11 Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento é registado de acordo com o preconizado pelo IAS 12 – “Imposto sobre o rendimento”. Na mensuração do custo relativo ao imposto sobre o rendimento do exercício, para além do imposto corrente, calculado com base nos resultados antes de impostos, ajustados pelas legislações fiscais aplicáveis, são também considerados os efeitos resultantes das diferenças temporárias entre os resultados antes de impostos e o lucro tributável, originadas no período ou decorrentes de exercícios anteriores, bem como o efeito dos prejuízos fiscais reportáveis existentes à data da demonstração da posição financeira.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo com base na Demonstração da posição financeira, considerando as diferenças temporárias resultantes da diferença entre a base fiscal de ativos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras consolidadas.

Os impostos diferidos são calculados com base na taxa de imposto em vigor ou já oficialmente comunicada à data do relato financeiro, e que se estima que seja aplicável na data da realização dos impostos diferidos ativos ou na data do pagamento dos impostos diferidos passivos.

O valor do imposto corrente a pagar, é determinado com base no resultado antes de impostos, ajustado de acordo com as regras fiscais em vigor.

2.12 Rédito

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante dos proveitos possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos comerciais e outros custos inerentes à sua concretização.

Os proveitos decorrentes prestações de serviço de impressão são reconhecidos na demonstração consolidada do rendimento integral de acordo com a percentagem de acabamento ou com base no período do contrato quando a prestação de serviços não esteja associada à execução de atividades específicas, mas à prestação contínua do serviço, e são apresentados na demonstração consolidada do rendimento integral sob a designação de Vendas.

2.13 Especialização dos exercícios

As Empresas do Grupo registam os seus custos e proveitos de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, pelo que os custos e proveitos são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos.

(Montantes expressos em Euros)

2.14 Classificação da demonstração da posição financeira

Os ativos realizáveis a menos de um ano da data de reporte e os passivos cuja exigibilidade não possa ser incondicionalmente diferida pela Empresa para um ano após a data de reporte, ou que seja expetável que se realizem ou sejam exigíveis no decurso normal das operações e os ativos que sejam detidos com a intenção de transação, são classificados, respetivamente, no ativo e no passivo como correntes. Todos os restantes ativos e passivos são considerados como não correntes.

2.15 Relato por segmentos

Um segmento operacional é uma componente de uma entidade:

- (a) Que desenvolve atividades de negócio de que obtém réditos e pelos quais incorre em gastos (incluindo réditos e gastos relacionados com transações com outras componentes da mesma entidade);
- (b) Cujos resultados operacionais são regularmente revistos pelo principal responsável pela tomada de decisões operacionais da entidade para efeitos da tomada de decisões sobre a imputação de recursos ao segmento e da avaliação do seu desempenho;
- c) Sobre o qual esteja disponível informação financeira discreta.

O Grupo Lisgráfica apresenta como segmento operacional o da impressão de revistas, jornais e listas telefónicas, na medida em que o reporte interno de informação à gestão é efetuado nesse pressuposto.

2.16 Capital

O capital apresentado corresponde ao capital social subscrito e realizado à data do relato financeiro.

2.17 Ações próprias

As ações próprias são registadas ao custo de aquisição, se a compra for efetuada à vista, ao justo valor estimado se a compra for diferida. De acordo com o Código das Sociedades Comerciais, a Empresa tem de garantir a cada momento a existência de reservas no capital próprio para a cobertura do valor das ações próprias, limitando o valor das reservas disponíveis para distribuição.

Quando são adquiridas ações da própria Empresa mãe, o cálculo do valor ilíquido por ação, básico e diluído, é efetuado dividindo o resultado obtido pelo nº. total de ações deduzido do nº. de ações próprias.

2.18 Capitalização de juros

O Grupo Lisgráfica não efetua a capitalização de juros.

2.19 Subsídios do Governo

Os subsídios recebidos do Estado Português e da União Europeia são reconhecidos pelo seu justo valor quando existe uma certeza razoável de que as condições de que as condições para o subsídio são cumpridas.

(Montantes expressos em Euros)

Os subsídios não reembolsáveis obtidos pelo investimento em ativos fixos tangíveis e intangíveis, são reconhecidos como uma redução ao custo de aquisição dos respetivos ativos consoante a sua natureza, sendo subsequentemente creditados na demonstração do rendimento integral consolidado conjuntamente com os ativos a que estão associados, na rubrica de Gastos / reversões de depreciação e amortização.

Subsídios à exploração não reembolsáveis são reconhecidos na Demonstração do Rendimento Integral Consolidado no mesmo período em que os gastos associados são incorridos.

2.20 Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano que proporcionem informação adicional sobre as condições que existiam à data de fecho do ano são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos ocorridos após a data de fecho do ano, que proporcionam informação sobre as condições que ocorreram após essa data, são divulgadas no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se materiais.

2.21 Juízos de valor, estimativas e principais fontes de incerteza

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetaram as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

As estimativas e os pressupostos subjacentes foram determinados com base no melhor conhecimento existente à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes. Contudo, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras consolidadas serão corrigidas de forma prospetiva. Por este motivo e dado o grau de incerteza associado, os resultados reais das transações em questão poderão diferir das correspondentes estimativas.

Os principais juízos de valor e estimativas efetuadas na preparação das demonstrações financeiras anexas foram os seguintes:

Ativos tangíveis e intangíveis (incluindo direitos contratuais de clientes)

A determinação do justo valor dos ativos, assim como as vidas úteis dos ativos, é baseada em estimativas do Conselho de Administração. A determinação da existência de perdas por imparidade destes ativos envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes ativos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos requerem julgamento significativo por parte do Conselho de Administração no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

(Montantes expressos em Euros)

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria coletável futura. Os impostos diferidos ativos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal atualmente em vigor, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Imparidade de clientes e outras contas a receber

A Empresa mantém uma provisão para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a refletir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efetuarem os pagamentos requeridos. Ao avaliar a razoabilidade das provisões para as referidas perdas por imparidade, o Conselho de Administração baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de recebimentos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, as provisões para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Provisões

A Empresa exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. O julgamento é necessário de forma a aferir a probabilidade que um contencioso tem de ser bem sucedido, ou suscitar o registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando a Empresa espera que processos em curso irão originar a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afetar significativamente os resultados futuros.

3. ALTERAÇÕES DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ESTIMATIVAS E ERROS FUNDAMENTAIS

Durante o trimestre findo em 31 de março de 2013, não ocorreram alterações de políticas contabilísticas relativamente às utilizadas na preparação e apresentação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2012 nem foram reconhecidos erros materiais relativos a períodos anteriores.

4. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais e proporção do capital efetivamente detido em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, são as seguintes:

Denominação Social	Sede	Percentagem efetiva em	
		31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Lisgráfica	Barcarena	Mãe	Mãe
Grafilis - Representação e Artes Gráficas, S.A. (Grafilis")	Barcarena	100	100

(Montantes expressos em Euros)

5. PRESTAÇÕES DE SERVIÇO POR TIPO DE PRODUTO

Nos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, as prestações de serviço por tipo de produto detalham-se como segue:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Revistas	3.232.150	4.047.350
Jornais e suplementos	856.625	1.055.500
Catálogos e folhetos	950.153	666.150
Listas	136.000	101.000
Outros	<u>150.690</u>	<u>153.428</u>
	<u>5.325.618</u>	<u>6.023.428</u>

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, as prestações de serviço realizaram-se, essencialmente, no mercado nacional.

6. OUTROS PROVEITOS OPERACIONAIS

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2012 e 2011, esta rubrica apresenta o seguinte detalhe:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Aluguer de instalações (a)	156.801	154.707
Imputações de custos (b)	92.471	94.690
Ganhos em imobilizações corpóreas	-	1.200
Variação da produção	-	32.401
Outros proveitos operacionais	<u>3.158</u>	<u>5.656</u>
	<u>252.430</u>	<u>288.654</u>

(c) Nesta rubrica são registados os subarrendamentos de parte das instalações da Empresa que estão a ser utilizadas por outras entidades.

(d) Esta rubrica reflete os custos imputados e faturados a empresas que desenvolvem a sua atividade operacional nas instalações da Lisgráfica.

7. CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica tem a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	1.581.943	2.018.373
Mercadorias vendidas	<u>13.351</u>	<u>52.448</u>
	<u>1.595.294</u>	<u>2.070.821</u>

(Montantes expressos em Euros)

8. FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica teve a seguinte composição:

	31 de março de 2013	31 de março de 2011
Subcontratos	99.408	121.419
Electricidade	453.687	442.072
Combustíveis e outros fluídos	129.150	141.528
Rendas e alugueres (a)	421.993	596.354
Transportes de mercadorias	58.280	50.248
Conservação e reparação	98.196	97.925
Trabalhos especializados	84.301	28.747
Outros	147.356	160.696
	<u>1.492.371</u>	<u>1.638.989</u>

(e) Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica inclui o montante de 120.930 Euros e 167.832 Euros, decorrente de transações com entidades relacionadas (Nota 28).

Locações operacionais

Em 31 de março de 2013 e 2012, as locações operacionais existentes respeitam, essencialmente, à locação das instalações da Empresa em Queluz de Baixo, cujo contrato foi celebrado em 20 de Julho de 2004 com o Espírito Santo Ativos Financeiros, S.G.P.S., S.A. ("ESAF"), pelo prazo inicial de 15 anos, com opção de renovação, bem como de revisão da área locada. Sublinha-se que as responsabilidades futuras poderão ser significativamente reduzidas, caso as áreas objeto do contrato em apreço venham a ser parcialmente desafetadas, no quadro de um projeto imobiliário conduzido pelo ESAF, em apreciação na Câmara Municipal de Oeiras. Conforme previsto no contrato inicial, em 30 de Novembro de 2010, foi assinada uma adenda em que é reduzida a área locada e conseqüentemente as responsabilidades assumidas (Nota 25). Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, os custos incorridos incluídos na rubrica "Fornecimentos e serviços externos" relativos aqueles contratos de locação operacional, são conforme segue:

	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Fornecimentos e serviços externos	<u>421.993</u>	<u>596.354</u>

9. CUSTOS COM O PESSOAL

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, os custos com o pessoal foram como segue:

	31 de março de 2013	31 de março de 2012
Salários e remunerações	1.305.179	1.304.673
Encargos sobre remunerações	309.380	332.893
Outros custos com o pessoal (a)	131.418	391.955
	<u>1.745.977</u>	<u>2.029.521</u>

(Montantes expressos em Euros)

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, o número médio de pessoal ao serviço do Grupo foi de 288 e 295 empregados, respetivamente.

(a) Os outros custos incorridos com pessoal no decorrer do trimestre findo em 31 de março de 2012, incluem as indemnizações suportadas com rescisões de contratos de trabalho com colaboradores do Grupo, derivados, essencialmente, do plano de reestruturação já anteriormente implementado.

10. CUSTOS E PROVEITOS FINANCEIROS, LÍQUIDOS

Os custos e proveitos financeiros dos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, têm a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
<u>Custos financeiros:</u>		
Juros suportados	462.985	557.133
Outros custos financeiros	<u>41.813</u>	<u>89.583</u>
	<u>504.798</u>	<u>646.716</u>
<u>Proveitos financeiros:</u>		
Juros obtidos	66	198
Descontos financeiros	-	-
Outros proveitos financeiros	<u>600</u>	<u>414</u>
	<u>666</u>	<u>612</u>
Custos financeiros, líquidos	<u>504.132</u>	<u>646.104</u>

11. IMPOSTOS DIFERIDOS

O movimento ocorrido nos ativos e passivos por impostos diferidos no exercício findo em 31 de março de 2013, foi como segue:

	<u>Ativos por impostos diferidos</u>	<u>Passivos por impostos diferidos</u>
	<u>Prejuízos fiscais reportáveis</u>	<u>Direitos contratuais</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	411.571	422.174
Redução	<u>46.042</u>	<u>46.634</u>
Saldo em 31 de março de 2013	<u>365.529</u>	<u>375.540</u>

Em 31 de março de 2013, os passivos por impostos diferidos, no montante de 375.540 Euros, estão relacionados com o justo valor dos direitos contratuais de clientes, tendo o Grupo optado por registar ativos por impostos diferidos, com exceção dos relacionados com os subsídios do Governo, uma vez que são registados em capital próprio. A expectativa do Grupo, relativamente ao excedente daquele valor relativo aos prejuízos fiscais reportáveis, não é realizável ou exigível no período de reversão das respetivas diferenças temporais.

(Montantes expressos em Euros)

12. ACTIVOS INTANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos intangíveis resultam do efeito das amortizações do período findo em 31 de março de 2013.

13. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

As variações ocorridas nos ativos tangíveis resultam do efeito das depreciações do período findo em 31 de março de 2013.

14. OUTROS ATIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de março de 2013 e 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012
	Valor bruto	Perdas de imparidade	Valor Líquido	Valor líquido
Rasográfica - Comércio e Serviços Gráficos, SA("Rasográfica") ("Rasográfica") (Nota 28)	2.238.804	-	2.238.804	2.281.875
Gestprint - Sociedade Gestora de Participações Sociais, SA ("Gestprint") (Nota 28)	3.364.627	(3.364.627)	-	-
Gespatrimónio - Rendimento Sociedade Gestora, SA ("Gespatrimónio") (a)	1.580.223	-	1.580.223	1.580.223
Depósitos a prazo (b)	85.317	-	85.317	85.317
	<u>7.268.971</u>	<u>-</u>	<u>3.904.344</u>	<u>3.947.415</u>

(a) Esta rubrica corresponde a um adiantamento concedido por conta da exploração de um projeto imobiliário a ser desenvolvido em conjunto com a Gespatrimónio. No entendimento do Conselho Administração, este montante não será recebido no curto prazo, pelo que foi classificado a médio e longo prazo.

(b) Em 31 de março de 2013, os depósitos a prazo encontravam-se condicionados, essencialmente, à libertação das garantias bancárias solicitadas no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 21).

15. EXISTÊNCIAS

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013			31 de dezembro de 2012		
	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido	Valor bruto	Perdas de imparidade (Nota 24)	Valor líquido
Matérias-primas, subsidiárias e consumo (Nota 7)	252.415	(6.763)	245.652	304.290	(6.763)	297.527
Produtos e trabalhos em curso (Nota 7)	56.392	-	56.392	56.392	-	56.392
	<u>308.807</u>	<u>(6.763)</u>	<u>302.044</u>	<u>360.682</u>	<u>(6.763)</u>	<u>353.919</u>

Em 31 de março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, o Grupo não possui inventários dados como garantia para cumprimento de passivos.

(Montantes expressos em Euros)

16. CLIENTES E CONTAS A RECEBER

Em 31 de março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013				31 de dezembro de 2012			
	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de imparidade	Valor líquido	Valor nominal	Desconto da dívida	Perdas de imparidade	Valor líquido
Não correntes:								
Clientes	<u>5.403.263</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.034.709</u>	<u>5.403.263</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.034.709</u>
Correntes:								
Clientes	<u>15.504.795</u>	<u>-</u>	<u>(9.254.195)</u>	<u>6.250.600</u>	<u>15.651.070</u>	<u>-</u>	<u>(9.254.195)</u>	<u>6.396.875</u>
Total	<u>20.908.058</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(2.996.388)</u>	<u>2.034.709</u>	<u>5.403.263</u>	<u>(372.166)</u>	<u>(12.250.583)</u>	<u>8.431.584</u>

Em Abril de 2011, foi intentada uma ação declarativa de condenação contra empresas do Grupo Impala, decorrente do incumprimento destas no pagamento da dívida.

17. OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
	Valor nominal	Valor nominal
Devedores diversos	663.782	611.883
Rasográfica	584.663	380.022
Devedores por acréscimos de rendimentos:		
Seguros		11.442
Imposto sobre o valor acrescentado	629.350	610.131
Outros diferimentos	56.182	11.964
Adiantamentos a fornecedores	36.398	36.175
Adiantamentos ao pessoal	37.442	32.085
	<u>2.007.817</u>	<u>1.693.702</u>

(Montantes expressos em Euros)

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a discriminação de caixa e seus equivalentes constantes na demonstração de fluxos de caixa, e a reconciliação entre o seu valor e o montante de disponibilidade constante na demonstração da posição financeira naquelas datas, é como segue:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Numerário	3.700	3.700
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	<u>83.708</u>	<u>83.654</u>
Caixa e seus equivalentes	87.408	87.354
Descobertos bancários (Nota 21)	<u>(9.081)</u>	<u>(9.081)</u>
Caixa e depósitos bancários	<u>78.327</u>	<u>78.273</u>

19. CAPITAL PRÓPRIO

Em 31 março de 2013 e 31 de Dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</u>	<u>Aplicação resultado 2012</u>	<u>Alteração do perímetro de consolidação (a)</u>	<u>Resultado líquido do exercício</u>	<u>Saldo em 31 de Dezembro de 2012</u>
Capital	9.334.831	-	-	-	9.334.831
Ações próprias	(474.121)	-	-	-	(474.121)
Reserva legal	1.357.744	-	-	-	1.357.744
Outras reservas	7.923.900	-	-	-	7.923.900
Resultados transitados	(64.136.598)	(7.653.873)	-	-	(71.790.471)
Excedentes de valorização de ativos	34.955	-	-	-	34.955
Outras variações no capital próprio	5.152.807	-	-	-	5.152.807
Resultado consolidado líquido do período	<u>(7.653.873)</u>	<u>7.653.873</u>	<u>-</u>	<u>(782.692)</u>	<u>(782.692)</u>
	<u>(48.460.355)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(49.243.047)</u>

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o capital social da Empresa era representado por 186.696.620 ações com o valor nominal de 0,05 Euros, encontrava-se totalmente realizado e era detido pelos seguintes acionistas:

	<u>Nº. de ações</u>	<u>Porcentagem</u>
Rasográfica	95.196.620	50,99%
Gestprint	73.558.462	39,40%
Outros, inferior a 10% do capital	<u>17.941.538</u>	<u>9,61%</u>
	<u>186.696.620</u>	<u>100,00%</u>

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, a Empresa detinha 52.513 ações próprias, que correspondem a 0,03% do total do capital, com um valor de 474.121 Euros.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que, pelo menos, 5% do rendimento integral líquido anual tem de ser destinado ao reforço da reserva legal, até que esta represente pelo menos 20% do capital. Esta reserva não é distribuível a não ser em caso

(Montantes expressos em Euros)

de liquidação, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas, ou incorporada no capital.

20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Empréstimos bancários (a)	1.488.005	35.701.936	1.544.959	35.686.939
Outros empréstimos (b)	-	606.198	-	606.198
Descobertos bancários (c)	-	24.757	-	18.811
Factoring (d)	-	3.608.925	-	4.277.933
Letras descontadas (e)	-	1.214.984	-	1.385.919
Cheques pré-datados (f)	-	219.191	-	228.051
	<u>1.488.005</u>	<u>41.375.991</u>	<u>1.544.959</u>	<u>42.203.851</u>

O Conselho de Administração considera que o valor de balanço dos empréstimos reflete o seu justo valor.

(a) Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o detalhe dos empréstimos bancários era como segue:

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Não corrente	Corrente	Não corrente	Corrente
Banco Espírito Santo, S.A. ("BES") (i)	1.016.352	90.000	1.031.352	90.000
BCP (ii)	-	2.650.000	-	2.650.000
Barclays Bank, S.A. ("Barclays") (iii)	-	960.000	-	960.000
Caixa Geral de Depósitos, S.A. ("CGD") (iv)	-	1.040.625	-	1.040.625
BCP (v)	-	602.500	-	602.500
Finibanco, S.A. ("Finibanco") (vi)	-	105.514	-	105.514
Caixa Económica Montepio Geral, S.A. ("Montepio") (vii)	-	246.023	-	243.260
BCP (viii)	-	1.021.236	-	1.021.236
BCP (ix)	-	20.240.000	-	20.240.000
BCP (x)	-	4.000.000	-	4.000.000
Banco Popular, S.A. ("BP") (xi)	8.333	144.860	22.222	130.971
Banif (xii)	-	350.979	-	358.326
Banif (xiii)	-	662.832	-	662.832
CGD (xiv)	-	1.677.195	-	1.677.195
Banco Efisa (xv)	463.320	141.978	491.385	113.914
Banif (xvi)	-	1.291.194	-	1.291.194
Banif (xvii)	-	477.000	-	477.000
Livranças	-	-	-	22.372
	<u>1.488.005</u>	<u>35.701.936</u>	<u>1.544.959</u>	<u>35.686.939</u>

(Montantes expressos em Euros)

- (i) Empréstimo correspondente a três linhas conta-corrente caucionada com o BES, com plano de amortização mensal desde Abril de 2012 de 2.500 Euros em cada uma das linhas, no valor de 1.121.352 Euros, com as seguintes particularidades:
- Linha de 566.352 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 477.500 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4,75%;
 - Linha de 77.500 Euros – taxa de referência: Euribor a 90 dias, acrescida de 4%.
- (ii) Financiamento renegociado pelo BCP em dezembro de 2010, no montante inicial de 2.650.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respetivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 118 prestações mensais com início a 15 de janeiro de 2014 e término em 15 de outubro 2023. As primeiras 70 prestações no montante de 13.475 Euros e as restantes 48, no montante de 35.558 Euros. Em 31 de março de 2012, o montante em dívida ascendia a 2.650.000 Euros que se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%. Como garantia do integral cumprimento deste empréstimo, a Rasográfica e a Gestprint subscreveram uma livrança em branco e adicionalmente cederam em penhor as ações detidas no capital da Lisgráfica.
- (iii) Financiamento concedido pelo Barclays, no montante inicial de 1.000.000 Euros, com carência de capital de doze meses. Em 8 de agosto de 2011 foi realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 60 prestações mensais com início em 18 de Setembro de 2011 e término em 18 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª e 12ª prestação os reembolsos serão de 2.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 5.000 Euros, entre a 25ª e 36ª de 10.000 Euros, entre a 37ª e 48ª de 32.500 Euros, entre a 49ª e 56ª de 40.000 Euros e entre a 57ª e 60ª de 20.000 Euros. Em 31 de março de 2013, o montante em dívida ascendia a 960.000 Euros, do qual 950.000 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.
- (iv) Financiamento concedido pela CGD em 5 de junho de 2009, no montante inicial de 2.375.000 Euros. O empréstimo é liderado pela CGD (831.250 Euros), BCP 1.068.750 Euros e Banif (475.000 Euros) sendo o capital amortizável em 13 prestações mensais com início em 7 de julho de 2009 e término em 7 de julho de 2010, sendo as primeiras 12 prestações, no montante de 62.500 Euros cada, e a última prestação, no montante de 1.625.000 Euros. Em 15 de março de 2011, foram renegociadas as parcelas em dívida à CGD e Banif, ficando em dívida o montante de 1.040.625 Euros. Em 31 de março de 2013, este montante encontra-se em mora face ao plano de reembolso contratado pelo que foi classificado a como passivo corrente. Vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.
- (v) Financiamento concedido pelo Banif em 22 de maio de 2009, no montante inicial de 2.410.000 Euros. O empréstimo é liderado pelo Banif (1.205.000 Euros), BCP (602.500 Euros) e Banco Efisa (602.500 Euros), sendo o capital amortizável em 73 prestações mensais, com início em 22 de junho de 2010 e término em 22 de julho de 2016, sendo as prestações no montante de 33.014

(Montantes expressos em Euros)

Euros cada. No primeiro semestre de 2011 foram negociadas as parcelas em dívida ao Banif e Banco Efisa por um prazo de 120 meses e com carência de capital de 36 meses. Em 31 de março de 2012, a parcela referente ao BCP ainda não se encontra renegociada e vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2,75%.

- .(vi) Financiamento concedido pelo Finibanco, no montante inicial de 250.000 Euros, amortizável em 36 prestações mensais de 6.944 Euros, com início em 15 de abril de 2010 e término em 15 de março de 2013. Em 31 de março de 2013, o montante em dívida ascendia a 105.514 Euros. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4,5%.
- (vii) Financiamento concedido pelo Montepio, no montante inicial de 500.000 Euros, com carência de capital de seis meses e, após esse período, o capital será amortizável em 42 prestações mensais e constantes, com início em 16 de janeiro de 2010 e término em 16 de Janeiro de 2013. Em abril de 2010, o montante em dívida era de 471.614 Euros, tendo-se realizado um aditamento ao contrato inicial, passando o capital a ser amortizado em 36 prestações mensais, com início em 16 de julho de 2010 e término em 16 de junho de 2013. Em 31 de março de 2013, o montante em dívida ascendia a 246.023 Euros. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (viii) Financiamento concedido pelo BCP em dezembro de 2010, no montante inicial de 1.021.236 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respetivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 51 prestações mensais com início a 14 de janeiro de 2014 e término em 18 de março 2018. Em 31 de dezembro de 2012, o montante em dívida ascendia a 1.021.236 Euros que se vence a médio e longo prazo. Como garante do integral cumprimento do empréstimo, a Lisgráfica subscreveu uma livrança em branco e constituiu o penhor sobre direitos de créditos emergentes do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A.. Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 2%.
- (ix) Financiamento concedido pelo BCP em dezembro de 2010, no montante inicial de 20.240.000 Euros, com carência de capital e juros, de três anos e seis meses, respetivamente. Após esse período, o capital será amortizável em 84 prestações mensais com início a 30 de janeiro de 2014 e término em 20 de dezembro 2020. As primeiras 36 prestações ascenderão a 144.536 Euros cada, posteriormente 47 prestações no montante de 313.161 Euros e a última no montante de 318.162 Euros. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos "covenants" a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). A Empresa assumiu ainda diversas garantias nomeadamente, a prestação de aval pelos acionistas Rasográfica e Gestprint, detentoras, atualmente, respetivamente, de 50,1% e 39% das ações representativas do capital social da Empresa, a constituição de penhor financeiro pela Rasográfica sobre 8.500.000 ações de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respetiva procuração irrevogável, a constituição de

(Montantes expressos em Euros)

penhor financeiro pela Gestprint sobre 72.223.016 ações de sua titularidade, representativas do capital social da Empresa e outorga de respetiva procuração irrevogável, a constituição de penhor sobre os direitos de crédito e consignação de receitas atribuídos à Empresa nos termos do contrato / protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário do qual participam, o penhor sobre os direitos de crédito do contrato de impressão com o cliente Páginas Amarelas, S.A., a constituição de um penhor sobre equipamentos desonerados e a subscrição de uma livrança caução pela Empresa. Este financiamento vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.

- (x) Financiamento concedido pelo BCP em dezembro de 2010, no montante inicial de 4.000.000 Euros, com carência de capital até à data de vencimento que ocorre a 30 de dezembro de 2015 e de juros durante os primeiros seis meses. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos "covenants" a serem cumpridos durante o período de vigência do contrato de financiamento (nomeadamente, cumprimento dos contratos de financiamento celebrados, independentemente da sociedade financiadora, taxas, contribuições e impostos, restrições relativamente à contratação de novos financiamentos, entre outros). Adicionalmente, vence juros à taxa Euribor a 6 meses, acrescida de 2%. Como garante do integrante cumprimento deste empréstimo, foi constituído penhor do crédito detido pela Lisgráfica sobre a Impala; a consignação das receitas líquidas emergentes do crédito consignado e a subscrição de uma livrança caução em branco.
- (xi) Financiamento concedido pelo BP, no montante inicial de 240.000 Euros, amortizável em 54 prestações mensais e constantes, com início em 25 de junho de 2010 e término em 25 de novembro de 2014. Em 31 de março de 2012, o montante em dívida ascendia a 153.193 Euros, do qual 8.333 Euros se vence a médio e longo prazo. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 4%.
- (xii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 450.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 4.167 Euros, com início em 19 de dezembro de 2010 e término em 19 de novembro de 2019. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos "covenants" que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xiii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante inicial de 720.000 Euros, amortizável em 108 prestações mensais de 6.667 Euros, com início em 23 de dezembro de 2010 e término em 23 de novembro de 2019. Em 31 de março de 2013, o montante em dívida ascendia a 662.832 Euros. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos "covenants" que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente. Vence juros à taxa Euribor a 3 meses, acrescida de 2,5%.
- (xiv) Financiamento concedido pela Caixa Geral de Depósitos a partir de 15 de março de 2011, no montante de 1.677.195 Euros, com carência de capital de

(Montantes expressos em Euros)

36 meses. Após esse período o empréstimo será amortizável em 14 prestações semestrais com início em 15 de setembro de 2014. Este financiamento resulta da reestruturação de outros já existentes e vence juros à taxa Euribor a 6 meses acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos "covenants" que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

- (xv) Financiamento concedido pelo Banco Efisa, no montante de 647.229 Euros, amortizável em 60 prestações mensais com início em 30 de Setembro de 2011 e término em 30 de Agosto de 2016 nas seguintes condições: entre a 1ª à 12ª prestação os reembolsos mensais serão de 3.500 Euros, entre a 13ª e 24ª de 7.000 Euros e o remanescente será reembolsado em 36 prestações mensais, iguais e sucessivas. Em 31 de março de 2013 o montante em dívida ascendia a 605.298 Euros, do qual 491.385 Euros se vence a médio e longo prazo. Adicionalmente, este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%.
- (xvi) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 1.291.194 Euros, amortizável em 84 prestações mensais com início em 30 de agosto de 2014, sendo a última prestação acrescida de 516.478 Euros. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Adicionalmente, em resultado da contratação deste financiamento a Empresa assumiu diversos "covenants" que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.
- (xvii) Financiamento concedido pelo Banif, no montante de 477.000 Euros, amortizável em 84 prestações mensais, com carência de capital de 3 anos e sendo a prestação final com vencimento a 16 de janeiro de 2022, acrescida do valor residual de 190.800 Euros. Este financiamento resulta da reestruturação de outro já existente e vence juros à taxa Euribor a 1 mês acrescida de 2%. Em resultado da contratação deste financiamento, a Empresa assumiu diversos "covenants" que não estão a ser cumpridos pelo que foi classificado na totalidade como passivo corrente.

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os empréstimos bancários vencem conforme segue:

	<u>31 de março de 2013</u>
Até 1 ano	35.701.936
A mais de 1 e menos de 2 anos	370.414
A mais de 2 e menos de 5 anos	482.072
A mais de 5 anos	<u>635.519</u>
	<u><u>37.189.941</u></u>
	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Até 1 ano	35.686.939
A mais de 1 e menos de 2 anos	285.965
A mais de 2 e menos de 5 anos	587.642
A mais de 5 anos	<u>671.352</u>
	<u><u>37.231.898</u></u>

(Montantes expressos em Euros)

- (b) Esta rubrica corresponde a um subsídio reembolsável obtido no âmbito do Pedip II (Contrato nº S/95/703), recebido nos exercícios de 1996 e 1998, no total de 5.167.207 Euros e corresponde a 94,72% do incentivo contratado e o respetivo contrato tem um plano de reembolso de nove prestações semestrais, iniciando-se 24 meses após cada utilização. Até 31 de julho de 2005, a Empresa amortizou 3.155.529 Euros e encontrava-se em dívida o montante de 2.011.678 Euros, o qual foi objeto de uma garantia bancária, que atualmente é de 341.267 Euros (Nota 30). A Empresa mantém, também, um depósito a prazo, no montante de 85.317 Euros cuja movimentação está condicionada à redução da referida garantia (Nota 15), uma vez que terá de ser 25% desta. Em 31 de julho de 2005, a Empresa obteve aprovação do IAPMEI para o pedido formulado de inclusão da dívida no procedimento extrajudicial de conciliação. Este financiamento vence juros à taxa de 2,5% por ano, tendo o mesmo sido renegociado em data posterior. Entre janeiro e abril de 2011, a prestação mensal é de 11.974 Euros, sendo que, a partir de maio de 2011, os pagamentos mensais serão de 40.413 Euros. Em 31 de março de 2013, o valor em dívida ascendia a 606.198 Euros o qual se encontra em mora.
- (c) Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, os descobertos bancários foram facilidades concedidas, essencialmente, pelo BES e BCP, respetivamente, destinadas a suprir necessidades pontuais de tesouraria e vencem juros a taxas correntes de mercado (Nota 19).
- (d) O saldo desta rubrica corresponde a financiamento em regime de *factoring*, com recurso, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (e) O saldo desta rubrica corresponde a saques sobre terceiros, descontados e não vencidos, que vencem juros a taxas normais de mercado para operações similares.
- (f) A rubrica de cheques pré-datados, no valor de 219.191 Euros, inclui cheques de clientes para liquidação de faturas, os quais foram objeto de desconto junto do BCP. Em 31 de março de 2013, a Empresa tinha contratada uma linha de desconto de cheques com um plafond de 600.00 Euros, que vence juros à taxa Euribor a 1 mês, acrescida de 4,0%.

(Montantes expressos em Euros)

21. LOCAÇÕES FINANCEIRAS

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes
Credores por locações financeiras	<u>5.060.224</u>	<u>892.494</u>	<u>5.152.380</u>	<u>1.085.745</u>

Em 31 de março de 2013, a Empresa tem contas a pagar às locadoras no montante de 10.275.098 Euros, deduzidos de adiantamentos pagos por conta no montante de 4.322.380 Euros o que perfaz um valor líquido de 5.952.718 Euros. Este montante vence-se como segue:

Até 1 ano	<u>892.494</u>
Entre 1 e 2 anos	374.812
Entre 2 e 5 anos	3.291.233
Mais de 5 anos	<u>1.394.179</u>
	<u>5.060.224</u>
	<u>5.952.718</u>

A Empresa celebrou, em 2008, um contrato de sublocação com a Gestprint para a aquisição do equipamento de impressão "Rotativa 10", pelo valor de 7.928.073 Euros (Nota 29), com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa anual de 7,108% e tendo sido definida a opção de compra pelo valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa procedeu em exercícios anteriores a pagamentos à Gestprint, correspondentes a caução e reforço da caução, no montante de 4.322.380 Euros.

22. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição e respetivo plano de pagamentos:

	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Contrato de impressão (a)	1.991.812	2.036.117
Dividas integradas em planos de pagamento (b)	<u>1.557.761</u>	<u>1.666.070</u>
	<u>3.549.573</u>	<u>3.702.187</u>

(a) Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, este montante corresponde ao justo valor dos direitos contratuais de um contrato de impressão, com um valor nominal de 4.157.009 Euros, que será liquidado em prestações mensais de 25.000 Euros até Outubro de 2022 (Nota 12), vencendo juros à taxa de 6,25%.

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o plano de pagamentos vence-se conforme segue:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Até 1 ano	<u>298.206</u>	<u>220.582</u>
A mais de 1 e menos de 2 anos	184.011	181.244
A mais de 2 e menos de 5 anos	623.959	614.574
A mais de 5 anos	<u>1.183.842</u>	<u>1.240.299</u>
	<u>1.991.812</u>	<u>2.036.117</u>
	<u>2.290.018</u>	<u>2.256.699</u>

(e) Dívidas à Segurança Social integradas em planos de pagamento. Ao abrigo do acordo subscrito em 31 de julho de 2001, o qual aprovou o não pagamento de juros vencidos, mas incluindo juros vincendos em cada prestação, dele tendo sido lavrada ata nessa data, teve o seu início em setembro de 2005. Ao abrigo deste acordo, a Empresa solicitou a emissão de uma garantia a favor do Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social no montante de 3.397.244 Euros, atualmente em 2.540.548 Euros (Nota 29).

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, as dívidas integradas em planos de pagamento venciam-se conforme segue:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Até 1 ano (i)	<u>1.230.936</u>	<u>1.237.636</u>
A mais de 1 e menos de 2 anos	407.372	413.089
A mais de 2 e menos de 5 anos	1.150.389	1.219.116
A mais de 5 anos	<u>33.865</u>	<u>33.865</u>
Total não corrente	<u>1.557.761</u>	<u>1.666.070</u>
	<u>2.788.697</u>	<u>2.903.706</u>

(i) Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 encontrava-se em mora o montante de 845.536 Euros e 743.943 Euros, respetivamente.

(Montantes expressos em Euros)

23. FORNECEDORES E CONTAS A PAGAR

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Passivos correntes	Passivos não correntes	Passivos correntes	Passivos não correntes
Fornecedores, conta corrente (a)	14.330.785	1.413.754	12.979.566	1.749.022
Fornecedores, títulos a pagar	160.536		163.282	-
Fornecedores de imobilizado	205.492		205.492	-
Fornecedores, facturas em recepção e conferência	609.350		667.058	-
Fornecedores de imobilizado, títulos a pagar	4.357		4.357	-
Outros credores (Gestigráfica)	-	1.716.966	-	1.716.966
Credores por acréscimos de gastos:				
Rappel a liquidar	541.354		459.436	-
Remunerações a liquidar	2.528.405		2.367.445	-
Juros a liquidar (b)	1.266.510		1.216.757	-
Fornecimentos e serviços externos	471.678		456.584	-
Outros custos e perdas	103.646		71.027	-
	<u>20.222.113</u>	<u>3.130.720</u>	<u>18.591.004</u>	<u>3.465.988</u>

(a) Em Novembro de 2010, foi celebrado um aditamento ao contrato estabelecido entre a ESAF e a Empresa onde acordam alterar o montante da renda devida para 145.603 Euros. A renda passa a ser paga postecipadamente no mês a que disser respeito. A quantia devedora nessa data, no montante de 3.927.256 Euros será paga da seguinte forma: 1.663.807 Euros em 36 prestações mensais e sucessivas de 46.217 Euros vencendo-se a primeira em 1 de Abril de 2011 e 2.263.448 Euros por conta da mais-valia futura no projeto imobiliário gerido pela Gespatrimónio/ESAF. Em 31 de março de 2013, o montante em dívida nominal ascendia a 6.255.457 Euros, do qual 2.263.448 Euros se vence no médio e longo prazo.

(b) Em 31 março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica inclui os montantes de 537.007 Euros e 435.418 Euros, respetivamente, a pagar a entidades relacionadas (Nota 28).

(Montantes expressos em Euros)

24. OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Em 31 março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Adiantamentos de clientes	-	-
Sector público estatal (b)	4.722.587	4.596.389
Credores diversos:		
Indemnizações a liquidar	252.000	252.000
Contrato de impressão (Nota 24)	220.582	220.582
Outros	146.153	119.544
Proveitos diferidos (a)	<u>37.776</u>	<u>303.222</u>
	<u>5.379.098</u>	<u>5.491.737</u>

(a) Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, a rubrica de proveitos diferidos tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Faturação antecipada	-	263.210
Subsidio ao investimento	<u>37.776</u>	<u>40.012</u>
	<u>37.776</u>	<u>303.222</u>

(b) Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro 2012</u>
Contribuições para a segurança social	2.376.307	2.338.839
Retenção de impostos sobre o rendimento	964.910	943.021
Dívidas integradas em planos de pagamentos	1.375.615	1.308.375
Outros	5.755	6.154
	<u>4.722.587</u>	<u>4.596.389</u>

(Montantes expressos em Euros)

25. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, esta rubrica tinha a seguinte composição:

	31 de março de 2013		31 de dezembro de 2012	
	Activo corrente	Passivo corrente	Activo corrente	Passivo corrente
Retenções na fonte	201	-	-	-
Pagamento especial por conta	297.212	-	273.858	-
Imposto sobre o rendimento estimado	-	8.140	-	91.829
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	434.135	-	342.121
	<u>297.413</u>	<u>442.275</u>	<u>273.858</u>	<u>433.950</u>

26. SALDOS E TRANSACÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

Os saldos e as transações efetuadas com empresas relacionadas excluídas da consolidação, em 31 de março de 2013 e de dezembro de 2012, são os seguintes:

	31 de março de 2013						
	Saldos				Transacções		
	Outros activos não correntes (Nota 14)	Outros activos correntes (Nota 17)	Credores por locação financeira (Nota 22)	Fornecedores e contas a pagar (Nota 25)	Fornecimentos e serviços externos (Notas 8 e 32)	Custos com o pessoal (Nota 9)	Custos e perdas financeiros (Nota 10)
Acionistas							
Rasográfica (a)	2 238 804	584 663	-	-	120 930	-	-
Gestprint (b)	-	-	2 094 465	537 007	-	-	101 589
Outras partes relacionadas							
Conselho de Administração	-	-	-	351 628	-	91 842	-
	<u>2 238 804</u>	<u>584 663</u>	<u>2 094 465</u>	<u>888 635</u>	<u>120 930</u>	<u>91 842</u>	<u>101 589</u>
	31 de dezembro de 2012						
	Saldos				Transacções		
	Outros activos não correntes	Outros activos correntes	Credores por locação financeira	Fornecedores e contas a pagar	Fornecimentos e serviços externos	Custos com o pessoal	Custos e perdas financeiros
Acionistas							
Rasográfica	2 281 875	380 022	-	-	535 776	-	-
Gestprint	-	-	2 094 465	435 418	600 477	-	435 418
Outras partes relacionadas							
Conselho de Administração	-	-	-	351 876	-	657 082	-
	<u>2 281 875</u>	<u>380 022</u>	<u>2 094 465</u>	<u>787 294</u>	<u>1 136 253</u>	<u>657 082</u>	<u>435 418</u>

(a) O montante de 2.238.804 Euros é constituído por:

- 1.260.000 Euros correspondente a cauções prestadas ao abrigo do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, propriedade da Rasográfica, cujo reembolso encontra-se associado ao término do contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso, pelo que foi registado a médio têm prazo de vencimento a ocorrer no curto prazo, sendo que o montante remanescente foi registado a médio e longo prazo;
- 1.151.088 Euros, titulado por 2 letras descontadas numa instituição financeira e do qual 978.804 Euros foi registado a médio e longo prazo.

(Montantes expressos em Euros)

O montante de 120.930 Euros, registado na rubrica de Fornecimentos e serviços externos, corresponde aos custos suportados com o contrato de arrendamento das instalações de Campo Raso cujo término ocorrerá em Setembro de 2017 (Nota 8).

- (b) A Empresa possui um contrato de sublocação com a Gestprint no valor de 7.928.073 Euros para a aquisição de equipamento de impressão "rotativa 10", com um plano de pagamento de 8 anos, vencendo juros à taxa de 7,108% e tendo sido definida a opção de compra pelo valor residual de 2.400.000 Euros. Adicionalmente, decorrente deste contrato de sublocação, a Empresa em 31 de março de 2013 tinha procedido a pagamentos correspondentes à caução e reforços de caução no montante de 4.322.380 Euros. Estes montantes vencem juros à taxa média de financiamento da Empresa.

Os termos ou condições praticados com a Rasográfica e Gestprint são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis.

Atendendo à estrutura de governação do Grupo e ao processo de tomada de decisão, o Grupo apenas considera "pessoal-chave da gerência" o Conselho de Administração da Lisgráfica, uma vez que as principais decisões relacionadas com a sua atividade são tomadas por este.

Durante os trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, não foram atribuídos benefícios de longo prazo ou pagamentos em ações aos membros do Conselho de Administração.

27. PASSIVOS CONTINGENTES

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, o Grupo tinha solicitado a emissão de garantias bancárias prestadas a favor de terceiros no montante de 4.265.605 e 4.115.212 Euros, respetivamente, que visam, essencialmente, garantir o seguinte:

	Banco	31 de março de 2013	31 de dezembro de 2012
Instituto de Gestão Financeira da Segurança Social (a)	BCP	2.540.547	2.540.548
Direcção Geral de Impostos (b)	CGD	1.207.971	1.207.971
Iberdrola Generación, SAU (d)	BCP	160.000	-
IAPMEI (c)	Banif	341.267	341.267
Petrolgal - Petróleos de Portugal, S.A. (d)	BES	8.500	8.500
Câmara Municipal do Porto (e)	BES		9.606
Câmara Municipal de Almada (e)	BES	7.320	7.320
		<u>4.265.605</u>	<u>4.115.212</u>

- (a) Garantia prestada no âmbito do procedimento extrajudicial de conciliação (Nota 28).
 (b) Garantia prestada no âmbito da liquidação adicional efetuada pela Administração Fiscal referente ao exercício de 2004 (Nota 12).
 (c) Garantia prestada no âmbito do subsídio reembolsável obtido do IAPMEI (Nota 22).
 (d) Garantia prestada no âmbito de acordos comerciais - Fornecedores.
 (e) Garantia prestada no âmbito de acordo comercial - Clientes.

(Montantes expressos em Euros)

Em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, existiam equipamentos dados como penhor para os seguintes efeitos, com os respetivos limites:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de dezembro de 2012</u>
Empréstimos bancários	20.240.000	20.240.000
Locações financeiras	1.348.756	1.348.756
Fornecedores	275.809	275.809
Estado e outros entes públicos	675.605	2.692.993
	<u>22.540.170</u>	<u>24.557.558</u>

Adicionalmente, em resultado da renegociação do passivo financeiro junto do BCP, a Empresa assumiu diversas garantias, nomeadamente, o penhor sobre direito de crédito emergente do contrato de impressão celebrado em 19 de dezembro de 2008 entre a Empresa e as Páginas Amarelas, S.A., a constituição de penhor sobre os direitos de crédito atribuídos à Empresa nos termos do contrato/protocolo celebrado em 20 de Julho de 2004, entre esta e o Fundo de Investimento Imobiliário gerido e legalmente representado pela ESAF, para o desenvolvimento conjunto de um projeto imobiliário e a constituição de penhor do direito de crédito detido pela Empresa sobre a Impala.

28. RESULTADOS POR AÇÃO

O cálculo do resultado líquido por ação – básico e diluído corresponde à divisão do rendimento integral consolidado líquido negativo atribuível aos acionistas pelo número médio ponderado de ações ordinárias no período.

Na medida em que não existem títulos diluidores das ações da Empresa, o resultado diluído por ação é igual ao resultado básico por ação.

O rendimento integral consolidado líquido negativo básico e diluído por ação em 31 de março de 2013 e 2012 foi de 0,0039 e 0,0073, respetivamente.

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
<u>Resultado</u>		
Resultado atribuível a acionistas maioritários para efeito de cálculo do resultado líquido por ação básico e diluído (resultado líquido do exercício)	<u>(735.692)</u>	<u>(1.365.157)</u>
Número de ações da Lisgráfica	186.696.620	186.696.620
Número de ações próprias	(52.513)	(52.513)
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido do ação básico e diluído (a)	<u>186.644.107</u>	<u>186.644.107</u>
Resultado por ação:		
Básico	(0,0039)	(0,0073)
Diluído	(0,0039)	(0,0073)

(a) Este montante corresponde ao número total de ações da Lisgráfica, deduzido de 52.513 ações próprias.

(Montantes expressos em Euros)

29. REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Nos trimestres findos em 31 de março de 2013 e 2012, foram atribuídas remunerações aos membros do Conselho de Administração de 91.872 e 87.413 Euros, respetivamente.

30. OUTROS CUSTOS OPERACIONAIS

A rubrica de “Outros Custos Operacionais” em 31 de março de 2013 e 2012, tem a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Impostos (a)	35.581	47.468
Descontos de pronto pagamento concedidos	3.957	4.228
Outros	864	17.673
	<u>40.402</u>	<u>69.369</u>

(a) Nesta rubrica são registados os custos suportados pela Empresa relativos, essencialmente, a imposto do Selo sobre transações bancárias nomeadamente, emissão de letras, garantias e empréstimos.

31. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

O imposto sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de março de 2013 e 2012, tem a seguinte composição:

	<u>31 de março de 2013</u>	<u>31 de março de 2012</u>
Imposto corrente	8.140	12.556
Imposto diferido (Nota 11)	(592)	-
	<u>7.548</u>	<u>12.556</u>

As empresas incluídas na consolidação encontram-se sujeitas a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (“IRC”) à taxa de imposto agregada, no máximo de 26,5% (uma taxa de 25% sobre o lucro tributável acrescida derrama à taxa de 1,5% sobre a matéria coletável)

Nos termos do artº. 88º. do CIRC a Empresa e a sua participada encontram-se sujeitas a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo mencionado.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de 4 anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenha havido prejuízos fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Deste modo, as declarações fiscais dos anos de 2009 a 2012 poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão. O Conselho de Administração entende que eventuais correções resultantes de revisões/inspeções por

(Montantes expressos em Euros)

parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de Dezembro de 2012.

32. ACONTECIMENTOS APÓS A DATA DO BALANÇO

Em 14 de maio ocorreu a homologação pelo Juiz do Tribunal do Comércio de Lisboa do Plano de Revitalização da empresa, que foi aprovado em 30 de abril p.p. por 89,84% dos votos regularmente expressos. A empresa está a proceder à avaliação do impacto desta decisão nas contas e, oportunamente, serão divulgados os efeitos nas contas da empresa.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

ACTIVO	Notas	Não auditado	
		31 de Março de 2013	31 de Dezembro de 2012
ACTIVOS NÃO CORRENTES:			
Activos intangíveis	12	3 311 105	3 535 240
Activos fixos tangíveis	13	14 112 019	14 862 899
Activos por impostos diferidos	11	365 529	411 571
Clientes e contas a receber	16	2 034 709	2 034 709
Outros activos não correntes	14	3 904 344	3 947 415
Total de activos não correntes		<u>23 727 706</u>	<u>24 791 834</u>
ACTIVOS CORRENTES:			
Existências	15	302 044	353 919
Clientes e contas a receber	16	6 250 600	6 396 875
Outros activos correntes	17	2 007 817	1 693 702
Imposto sobre o rendimento	24	297 413	273 858
Caixa e seus equivalentes	18	87 408	123 435
Total de activos correntes		<u>8 945 282</u>	<u>8 841 789</u>
TOTAL DO ACTIVO		<u><u>32 672 988</u></u>	<u><u>33 633 623</u></u>
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
CAPITAL PRÓPRIO:			
Capital	19	9 334 831	9 334 831
Reservas	19	13 995 285	13 995 285
Resultados transitados		(71 790 471)	(64 136 598)
Resultado consolidado líquido do exercício	28	(782 692)	(7 653 873)
Total do capital próprio		<u>(49 243 047)</u>	<u>(48 460 355)</u>
PASSIVO:			
PASSIVOS NÃO CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	20	1 488 005	1 544 959
Loações financeiras	21	5 060 224	5 152 380
Outros passivos não correntes	22	3 549 573	3 702 187
Fornecedores e contas a pagar	23	3 130 720	3 465 988
Passivos por impostos diferidos	11	375 540	422 174
Total de passivos não correntes		<u>13 604 062</u>	<u>14 287 688</u>
PASSIVOS CORRENTES:			
Empréstimos obtidos	20	41 375 991	42 203 851
Loações financeiras	21	892 494	1 085 745
Fornecedores e contas a pagar	23	20 222 113	18 591 007
Outros passivos correntes	24	5 379 100	5 491 737
Imposto sobre o rendimento	25	442 275	433 950
Total do capital próprio e do passivo		<u>68 311 973</u>	<u>67 806 290</u>
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E DO PASSIVO		<u><u>32 672 988</u></u>	<u><u>33 633 623</u></u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas
em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RENDIMENTO INTEGRAL

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Notas	Não auditado	
		31 de Março de 2013	31 de Março de 2012
PROVEITOS OPERACIONAIS:			
Vendas	5	5 325 618	6 023 428
Outros proveitos operacionais	6	252 430	288 654
Total de proveitos operacionais		<u>5 578 048</u>	<u>6 312 082</u>
CUSTOS OPERACIONAIS:			
Custo das mercadorias vendidas	7	(1 595 294)	(2 070 821)
Fornecimentos e serviços externos	8	(1 492 371)	(1 638 989)
Custos com o pessoal	9	(1 745 977)	(2 029 521)
Depreciações e Amortizações	12 e 13	(975 016)	(1 209 879)
Perdas por imparidade em inventários	23	-	-
Perdas por imparidade em clientes e outras contas a receber	23	-	-
Provisões	23	-	-
Outros custos operacionais	32	(40 402)	(69 369)
Total de custos operacionais		<u>(5 849 060)</u>	<u>(7 018 579)</u>
Resultados operacionais		<u>(271 012)</u>	<u>(706 497)</u>
RESULTADOS FINANCEIROS:			
Custos e proveitos financeiros, líquidos	10	(504 132)	(646 104)
Resultados antes de impostos		<u>(775 144)</u>	<u>(1 352 601)</u>
Imposto sobre o rendimento do exercício	31	(7 548)	(12 556)
Resultado consolidado líquido do exercício		<u>(782 692)</u>	<u>(1 365 157)</u>
Rendimento integral		<u>(782 692)</u>	<u>(1 365 157)</u>
Atribuível a:			
Accionistas da empresa-mãe		<u>(782 692)</u>	<u>(1 365 157)</u>
Resultado por acção			
Básico	28	(0.0042)	(0.0073)
Diluído	28	(0.0042)	(0.0073)

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Ramos Gaspar

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2012 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012

(Montantes expressos em Euros)

	Não auditado						
	Notas	Capital Social	Reserva legal	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado consolidado líquido do exercício	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2011		9 334 831	349 159	15 454 489	(44 519 413)	(19 617 185)	(38 998 119)
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2011		-	-	-	(19 617 185)	19 617 185	-
Efeitos da alteração do perímetro de consolidação		-	-	(1 808 363)	-	-	(1 808 363)
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2012		-	-	-	-	(7 653 873)	(7 653 873)
Saldo em 31 de dezembro de 2012		<u>9 334 831</u>	<u>349 159</u>	<u>13 646 126</u>	<u>(64 136 598)</u>	<u>(7 653 873)</u>	<u>(48 460 355)</u>
Aplicação do resultado consolidado do exercício findo em 31 de dezembro de 2012		-	-	-	(7 653 873)	7 653 873	-
Resultado consolidado líquido do exercício findo em 31 de março de 2013		-	-	-	-	(782 692)	(782 692)
Saldo em 31 de março de 2013		<u>9 334 831</u>	<u>349 159</u>	<u>13 646 126</u>	<u>(71 790 471)</u>	<u>(782 692)</u>	<u>(49 243 047)</u>

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2013.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocinio

António Braz Monteiro

LISGRÁFICA - IMPRESSÃO E ARTES GRÁFICAS, S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA DOS

TRIMESTRES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012

(Montantes expressos em Euros)

		<u>Não auditado</u>	
	<u>Nota</u>	<u>31 de Março de 2013</u>	<u>31 de Março 2012</u>
<u>ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</u>			
Recebimentos de clientes		5 083 278	5 740 624
Pagamentos a fornecedores		(2 819 938)	(3 951 752)
Pagamentos ao pessoal		(1 495 322)	(1 061 237)
Fluxos gerados pelas operações		<u>768 018</u>	<u>727 635</u>
Pagamento do imposto sobre o rendimento		(22 855)	(29 929)
Outros pagamentos / recebimentos relativos à actividade operacional		<u>(99 075)</u>	<u>(2 782)</u>
Fluxos das actividades operacionais (1)		<u><u>646 088</u></u>	<u><u>694 924</u></u>
<u>ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Investimentos financeiros		-	-
Juros e proveitos similares		-	-
		<u>-</u>	<u>-</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		-	-
Activos intangíveis		-	-
Accionistas		-	-
Fluxos das actividades de investimento (2)		<u>-</u>	<u>-</u>
<u>ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</u>			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		-	68 147
		<u>-</u>	<u>68 147</u>
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos de instituições de crédito		(44 719)	(101 120)
Amortizações de contratos de locação financeira		(267 520)	(211 349)
Juros e custos similares		(366 007)	(455 533)
		<u>(678 246)</u>	<u>(768 002)</u>
Fluxos das actividades de financiamento (3)		<u><u>(678 246)</u></u>	<u><u>(699 855)</u></u>
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(32 158)	(4 931)
Caixa e seus equivalentes no início do período	18	110 431	110 431
Caixa e seus equivalentes no fim do período	18	78 273	105 500

O anexo faz parte integrante das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de março de 2012.

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Manuel Ramos Gaspar

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Luciano Manuel Ribeiro da Silva Patrão

Jaime Luciano Marques Baptista da Costa

António Pedro Marques Patrocínio

António Bráz Monteiro